TRAVESSIAS

Estados Gerais da Psicanálise : questões de fundamentos

II

NO COMEÇO, O PARADOXO

Corinne Daubigny

Resumo

O Apelo aos Estados Gerais da Psicanálise pode significar o apelo a uma desinstitucionalização democrática ? A história relatada e vivida por Helena Besserman Vianna é também paradigmática das confrontações aos desvios “ verticais ” e “ horizontais ” das instituições analíticas. A democracia é necessária ao exercício da psicanálise, mas é preciso pensar *as aporias*, os *limites*, os *desvios* das democracias formais : elas nos atravessam também.

O Apelo a liberar-se das instituições analíticas é por natureza *paradoxal* : aplicá-lo ao pé da letra conduz a um impasse sobre a questão do Pai, a esquecer o contexto político do Apelo e a esvaziar o movimento de seu sentido. Esse Apelo poderia nos enlouquecer ? E como experimentar ainda o tempo tão necessário do Exílio extra-institucional ?

"*Solidariedade*" : quando lhe pedi algumas explicações sobre o conflito, difícil de decifrar a partir da França, entre “ os de Buenos Aires ” e “ os do Rio ”, Helena, por essa palavra, convidava-nos de fato (eu não era a única), pouco tempo antes de sua morte, a tentar ultrapassar os riscos de rupturas internas se quiséssemos enfrentar a adversidade externa.

Tratava-se de divergências que nasceram durante a preparação dos EGP 2000 e que perduram no seio dos EGP a respeito de duas representações do movimento – que se traduzem por divergências sobre a representação da forma a ser dada aos congressos :

— uma representação (dita dos “ de Buenos Aires ”) que preconizaria uma organização "horizontal", segundo um procedimento democrático do tipo auto-gestão, “ sem hierarquia ”, fazendo pouco dos “ velhos barões ” da psicanálise e utilizando uma ampla divulgação por Internet – descrita na França, por seus adversários (que têm apenas uma experiência restrita nesse sentido, através de um grupo pequeno porém bastante ativo), como o lugar de uma contestação mais ou menos vazia de sentido, ou como a provável vertente da instauração de uma forma de “ Terror ” pós-revolucionário ;

— e uma outra que preconizaria uma organização vertical (dita dos “ do Rio e de Paris”) para obedecer a um princípio de excelência, ligada em seu conjunto ao projeto de um Instituto de Altos Estudos em Psicanálise, projeto em gestação desde a preparação dos EGP 2000 – orientação descrita (sempre na França), por seus adversários, como uma forma de monarquia-oligárquica mais ou menos revisionista, correndo o risco de conduzir às censuras mais arbitrárias e contra a qual impõe-se uma revolta.

Essas dramatizações um tanto grandiloqüentes (na França) parecem-me ligadas a questões muito formalistas, a tal ponto que as duas fórmulas parecem-me conter em potencial tanto a flexibilidade quanto a rigidez. Imaginemos que você quisesse expor alguma idéia que acha importante. Num caso, deveria obter o acordo dos “ mais excelentes ” que você (evidentemente, é uma sorte inesperada poder submeter seu trabalho a alguém “ mais excelente ” que você mesmo), mas

quem decidirá quem são os excelentes e se eles o são na área que você pretende abordar ; além do mais, de qual ângulo se julgará a excelência ou o talento (científico, político, clínico, ético, universitário, literário etc) ? No outro caso, pode-se pôr tudo em votação, por exemplo a questão de saber se seu texto é suficientemente claro para ser entendido por todos (será isso absolutamente necessário ?), se o seu tema é interessante ; e se concerne às minorias (freqüentemente é o caso e os psicanalistas podem muito bem falar de *um* único caso !), o “ povo ” ou a sociedade civil analítica (o “ Terceiro-Estado ”) podem julgar que lhe falta interesse ; se for publicado, é para não censurá-lo e seu trabalho permanecerá letra morta, boa para o lixo. Pode ser que seu tema incomode o povo em questão : por exemplo, por que falar da responsabilidade dos terapeutas no recolhimento anônimo de crianças, do lugar dos homossexuais nas instituições analíticas, ou do caso isolado de um psicanalista-torturador em formação com o presidente de uma associação de psicanalistas que etc. etc. Numa tirada dirigida a todos que manejam sem grande dificuldade sua pluma como uma espada, declarei que, para além da verticalidade ou da horizontalidade, seria melhor buscar a *profundidade*.

Mas, de partida para o Rio e pensando em Helena mais do que de costume, disse a mim mesma que esta tinha sofrido, e René Major com ela, uma experiência espantosa no que diz respeito *tanto* à verticalidade *quanto* à horizontalidade nas sociedades analíticas e que deveríamos tê-la mais em mente. A terceira dimensão, nesse caso, é evidentemente a do sentido, da orientação do movimento, mais do que a da fuga desinstitucionalizante. E o termo de "solidariedade" pode, de certa maneira, designá-la bem.

Para recordar, a experiência de Helena – paradigmática – pôs em questão todo o funcionamento da hierarquia de uma das instituições psicanalíticas mais reconhecidas no Brasil (a SPRJ, Sociedade de Psicanálise do Rio de Janeiro) e todo o funcionamento da hierarquia da IPA desde o pós-guerra – como mostrou Helena, interrogando o percurso de Werner Kemper, outrora recomendado por Jones : um dos iniciadores do processo de formação de analistas no Brasil, que fundou em 1955 a SPRJ, onde estouraria o escândalo. Não se trata de hierarquias quaisquer, mas de hierarquias fundadas em uma representação (a deles) da excelência psicanalítica do ponto-de-vista da competência científica e clínica, os postos mais elevados detendo as maiores responsabilidades no processo de formação ; - e foi aliás no próprio processo de formação que o caso veio à tona.

Compreendo bem que René Major tenha privilegiado a referência à Revolução, mas é preciso dizer que, para um ouvido francês, o termo "Apelo" comporta automaticamente a conotação do apelo à Resistência (o chamado Apelo "de 18 de junho"), feito por uma figura que pensava salvar a honra da França, mesmo que o preço disso fosse o Exílio. E René Major escreveu, para os Estados Gerais de 2000, um texto intitulado : "Exilo-me", enquanto Helena anunciava sua demissão da IPA durante o congresso.

Essa dinâmica subversiva contra as hierarquias – segundo os termos do Apelo, *"Apela-se a instituição a ser conservadora e o procedimento analítico, ao contrário, a ser inovador, até mesmo subversivo "* – significa, porém, um apelo à democratização das instituições analíticas ou a uma desinstitucionalização democrática ?

Aqui deveríamos recordar o momento de suspensão da história entre a SPRJ e a IPA, que se concluiu por uma ruptura. A IPA é, efetivamente, uma

associação democrática e foi uma assembléia geral ("horizontal") que – após mais de vinte anos de impunidade para as violações dos direitos do homem por parte de um psicanalista afiliado a uma das associações-membros e protegido por seus superiores – rejeitou *por um voto* as conclusões do comitê de ética nomeado por seu próprio comitê executivo : rejeição das conclusões que reiteravam a responsabilidade-culpabilidade do Presidente da SPRJ e de Carneiro-Lobo – que deviam pois serem expulsos da instituição. A IPA persistiu em 96, quando a assembléia de representantes das sociedades aprovou *por unanimidade* uma moção de apoio à SPRJ, apesar de seus erros, ao mesmo tempo que declarava sua "solidariedade" para com Helena. René Major demitiu-se pelo motivo que assim se fazia ***"prevaler uma democracia formal sobre princípios éticos elementares que não se negociam através do voto "***, o voto da IPA significando que ***"uma sociedade não poderá opor-se à violação dos direitos do homem desde que disponha de uma maioria suficiente para isso."***

Poder-se-ia dizer que era o voto de uma assembléia de “ barões ”, defendendo a hierarquia na qual se funda sua autoridade e que o apelo ao “ povo ” ou à sociedade civil analítica teria, com uma boa dose de certeza, condenado os protagonistas. Mas nada é menos seguro.

Primeiramente, com relação à indiferença que evocava na primeira parte desta reflexão : precisarei aqui, que ao falar da indiferença de colegas na França referia-me a membros de associações francesas, que incluíam psicanalistas originários da América Latina e portanto do Brasil ; que esses psicanalistas podiam ter participado dos EGP 2000 e mostrarem-se, no entanto, indiferentes ou francamente hostis à história de Helena ; e penso que o verdadeiro sentido dos EGP lhes escapa ainda completamente ! Mas a dúvida sobre uma reação

democrática positiva dos psicanalistas em relação a Helena toma em consideração, igualmente, a propensão (que tornou-se banal) das democracias a votarem de maneira amplamente majoritária por sua auto-destruição, elegendo governos sanguinários e ditatoriais – desde que tais regimes prometam sua “ proteção ”. Pois aquilo que infelizmente governa o mais garantidamente as massas, enquanto massas, é o medo.

Assim se apresentam a aporia e os limites da democracia. "Aporia", porque as democracias formais (que só oferecem uma igualdade formal, ocultando desigualdades reais) secretam o princípio de sua destruição : Derrida mostra, a esse respeito, que a democracia pode desenvolver processos “ auto-imunitários ” para evitar sua transformação em tirania, mas com a condição de romper com seus próprios princípios ⁱ.

"Limites", porque nem tudo pode ser entregue à apreciação da maioria sem cair no absurdo, ainda mais que, no caminho, a democracia pode minar de outra forma os princípios de seu funcionamento (retorno à situação aporética). O que se sabe desde a aurora dos tempos gregos dessa democracia, que viu Sócrates declarar seu reconhecimento a seus juízes por tê-lo democraticamente condenado à morte, quando somente anunciava o direito de pensar e de interrogar as ideologias – e por que não pela boca de um escravo ?- sem buscar exercer nenhum tipo de sedução. Não apenas não se podem submeter à votação princípios éticos e ainda menos verdades racionais, mas ainda não se pode submeter a voto a questão da eficácia da dialética nem, por exemplo, a do protocolo do tratamento analítico e dos princípios do funcionamento psíquico...

Entretanto, Platão já pensava que todas as formas políticas estavam destinadas a perecer e a engendrar “ novas ” (novas, jamais “ novidades ”), em um

ciclo sem fim (monarquia–aristocracia-democracia-anarquia-tirania-monarquia etc.).

Georges Devereux, a partir de sua experiência antropológica, sustentava que provavelmente todas as sociedades comportam o princípio de sua própria disparição ao nível mesmo dos valores que defendem – elas contêm um princípio de “ auto-negação ” : *"toda sociedade comporta não apenas aspectos " funcionais " pelos quais afirma e mantém sua integridade, mas também un certo número de crenças, dogmas e tendências que contradizem, negam e minam, não somente as operações e estruturas essenciais do grupo, mas por vezes sua própria existência."*ⁱⁱ. Trata-se, pois, de valores “ sociais anti-sociais ”, que permitem aos indivíduos comportarem-se de maneira anti-social e no entanto socialmente aceita, até mesmo fonte de prestígio". Observa que o sintoma passa despercebido porque consiste, simplesmente, em utilizar um traço cultural normalmente admitido, sem deformá-lo – por exemplo, utilizá-lo em termos de *super-investimento*. Um bom exemplo disso é a colocação em votação de toda e qualquer questão, até o limite das condições de sociabilidade ou da possibilidade de pensar, em associações disparatadas de indivíduos que não desenvolvem interações sociais entre si. De passagem, compreendemos melhor porque a sublimação não basta para garantir a sociabilidade, ao contrário. Seria preciso desenvolver esse ponto a partir do parentesco entre cultura e perversão – tema amplamente desenvolvido por Jacques Lacan - mas estendendo-o à relação entre cultura e psicose e, nesse domínio, o pensamento freudiano tem incontestavelmente indicações a fornecer.

Deveríamos também ser mais sensíveis aos efeitos perversos do princípio democrático sobre os psiquismos individuais, quando seu vínculo social tende a

reduzir-se ao exercício político formal : Jean-Paul Sartre desenvolve essa idéia de degradação (da instituição e de seus membros) em *Crítica da Razão Dialética*, mostrando como a burocracia mais violenta pode decorrer do formalismo democrático, burocracia baseada no equilíbrio aritmético do Terror, onde cada um renuncia totalmente a seu ser próprio, sua liberdade e sua soberania, para garantir a obediência ao princípio institucional suposto majoritário : perda geral da soberania por "auto-domesticação" dos indivíduos reduzidos à sua " serialidade ", "*auto-domesticação sistemática do homem pelo homem* ", podendo conduzir, nas formas extremas de burocracia, à "*supressão total do humano*"ⁱⁱⁱ, ainda mais que se apela à maioria (o que se produz nas utilizações irrefletidas da comunicação virtual por Internet).

As associações psicanalíticas são estruturas formalmente democráticas, especialmente na França, onde derivam da lei de 1901 sobre as associações, que propõe aos grupos a forma em princípio a mais democrática possível. As aporias e limites da democracia lhes concernem e a história da SPRJ e da IPA prova que podem ser seus joguetes. Ademais, deparamos com outros problemas que são específicos das instituições analíticas a partir do momento em que queremos aplicar a estas o princípio da democracia formal ; retomarei mais tarde esse ponto (na terceira parte deste trabalho !).

Isso não significa contudo que, em se modificando a forma política, o problema da auto-negação do sistema social ou político não se coloque. Substituir o princípio democrático por um princípio monárquico ou aristocrático não fornece nenhuma garantia de maior fiabilidade : seria apenas como enfiar camadas de roupas de cerimônia para enfrentar o mau tempo ("*não existe mau tempo, apenas más roupas* ", dizia Freud).

Nesse sentido, o debate "democracia horizontal" contra "aristocracia vertical" encontra-se comprometido por antecipação e a história relatada e vivida por Helena testemunha magistralmente esse duplo fracasso antecipado.

Mas que fazer ? E como entender a referência aos Estados Gerais, quando o Apelo (o A maiúsculo de "Apelo" designa aqui o texto) de René Major funciona como uma carta de princípios para o movimento que *ele criava* antecipadamente, para além do acontecimento e do qual tornava-se, pelo simples fato de ser o único a poder fazê-lo (a soberania, notava Sartre, *é ; não se decreta*^{iv}), do qual era pois, *de fato*, o pai e o soberano. Pois esse Apelo só era credível vindo de sua parte, decorrendo de sua ação e de seu pensamento passado e presente, assim que de sua reputação e podia-se esperar, a partir de seu exemplo, que uma psicanálise viva surgiria da liberação, por cada um, do lastro de seu Superego institucional e do apelo aos não-inscritos em sociedades analíticas ; esperança, escrevia, *"de que se inaugure uma nova exigência, que não seja da ordem do comandamento hierárquico, mas sim do desejo e da decisão dos participantes "*. Segundo esse Apelo, os EGP podiam tornar-se o lugar de um questionamento dos códigos de formação, ensinamento e das organizações institucionais. O futuro desenvolvimento do movimento não podia ser antecipado, mas este deveria, qualquer que fosse sua forma, escapar às estruturas existentes e liberar-se dos iniciadores do Congresso de de Paris : ***"Os engajamentos práticos, efetivos, que poderão derivar desses Estados Gerais, só se afirmarão na medida em que forem livres ou independentes das organizações existentes e daqueles que hoje assumem sua iniciativa e responsabilidade "***.

Pode-se dizer, num momento posterior, que aqueles que se comprometeriam a tentar um desenvolvimento não-hierárquico do movimento psicanalítico, numa confrontação generalizada de teorias e práticas, antigas e novas – supondo-se que ignorem ou queiram ignorar o contexto internacional que constituía o pano de fundo nesse momento e, de maneira exemplar, a história de Helena (à qual nenhuma alusão é feita no Apelo) – sentir-se-iam no direito de pensar que “ aplicavam ” o Apelo *ao pé da letra* e mais ainda se exibiam sua liberação em relação ao Pai do movimento e aos organizadores do Congresso de Paris – e não se trataria obrigatoriamente de uma recusa de filiação, ao contrário, se é verdade que *"o dever de desobediência constitui uma injunção paradoxal, pois implica obedecer à ordem de desobedecer e poder desobedecer a essa ordem"*^v. O fato de que se apoiem em uma ampla divulgação por Internet poderia, aliás, justificar-se enquanto apelo aos não-inscritos em sociedades analíticas. Aqui, como nos movimentos sindicais, "o reconhecimento é contestação " e "a contestação é reconhecimento"^{vi}.

Contudo, seria possível passar de um período de desinstitucionalização, ele mesmo não-institucional (como o período de preparação e realização do Congresso de Paris) a uma institucionalização do não-institucional ? Para as associações nascentes, o que podia recobrir "um funcionamento não hierárquico" e qual dinâmica podia estar à obra na aplicação “ ao pé da letra ” desse Apelo ; qual "nova exigência" vinha à luz e que desejo podia animá-la ?

Notemos simplesmente, para começar, que o obstáculo imprevisto nessa dinâmica reside precisamente em se tomar o Apelo *ao pé da letra*, em *super-investir* o aspecto anti-hierárquico (nem Deus nem Senhor), sem levar em conta o contexto do Apelo e a subjetividade que o anima : sua relação tanto à violência do

social quanto ao inconsciente. O primeiro risco, nessa dinâmica, consiste em não perceber (em nome da Razão democrática) que se está preso na cena arcaica do gozo do assassinato do Pai da Horda, bem como no desenvolvimento da cena transcendental do grupo "fraternidade-terror", cujas previsíveis degradações percorremos.

Pois, se o pensamento analítico faz pouco das hierarquias e as desordena – como aliás toda força criativa – será que a luta contra as hierarquias instituídas basta para garantir o espaço de um pensamento ou de um trabalho analítico ?

Afirmo que apenas uma tomada em consideração do contexto histórico desse Apelo e a experiência daqueles que foram seus iniciadores podem dar-lhe sentido. Extraído de seu contexto, só pode anunciar o fim do que se constituiria em seu nome. Não faltaram associações gabando-se de realizar há muito tempo, ou de poder realizar agora o que o Apelo reclamava : não se quis ver aí outra coisa que uma abertura a debates em todas as direções, entre teorias opostas, afim de fazer aparecer a Verdade ; projetos simpáticos e provavelmente úteis (em termos de um abrandamento dos Superegos institucionais). Mas, como destacava Georges Devereux, dois exércitos inimigos podem entender-se perfeitamente sobre as leis da balística (e não esqueçamos que demasiados Estados estão doravante perfeitamente de acordo sobre o modo de fabricação das bombas atômicas) : esse acordo dos espíritos não os aproxima em nada, não reduz *em nada* seus conflitos !

O contexto desse Apelo confere-lhe uma orientação difícil de ser colocada em palavras, que se refere ao combate pela preservação do espaço analítico na análise, na pesquisa e em sua transmissão.

Como se trata da relação ao inconsciente, deve-se no mínimo notar que o Apelo, o qual se afirma em seu clímax como apelo a liberar-se dos iniciadores do movimento para melhor realizá-lo, é evidentemente de caráter totalmente *paradoxal*. A fórmula é tão paradoxal que, literalmente, o pai do movimento interdiz a todos aqueles que detinham uma responsabilidade nos EGP 2000 de assumir qualquer responsabilidade nos movimentos que poderão seguir-se ! "Desistência" antecipada de todos e de si-mesmo.

Fórmula ainda mais surpreendente visto que, para ouvidos franceses em todo caso, o termo "Estados Gerais" evocava infalivelmente os da Filosofia, que tinham servido de prelúdio à fundação do Colégio Internacional de Filosofia, do qual fazia parte René Major, alusão que a presença de Jacques Derrida nos EGP 2000 transformava em referência obrigatória. E, durante a preparação dos EGP 2000, foi efetivamente evocado o projeto de um Instituto de Altos Estudos em Psicanálise – cuja altura assim designada terá provavelmente provocado uma certa vertigem nos partidários das práticas "horizontais", que dela se pensavam excluídos por antecipação.

Deveríamos entender que o pai pré-designava-se como traidor do movimento que iniciava e calculava assim a própria perda para preservar sua obra ? No limite, como um pai que diria a seu filho "*faça o que digo e não faça o que faço* " e que se apressaria em fazer o contrário do que anuncia – situação propriamente kafkiana e psicotizante (como mostra Kafka, na *Carta ao pai*^{vii}). O paradoxo, para Winnicott, é próprio da vida psíquica, mas levado ao extremo - assim como o *pharmakon*, que passa de remédio a veneno (por uma questão de dosagem) - , participa do esforço para enlouquecer o outro, segundo a fórmula de Searles^{viii}. O Pai do movimento foi alvo das piores suspeitas, é claro, mesmo a de

preparar a fundação de uma IPA II ; e isso mesmo depois que o projeto do IHEP foi redigido, o ano passado, e sem considerar o que os diferencia. O conflito se passa em uma outra cena.

Derrida não deixou de interrogar esse paradoxo de um acontecimento que se dava como único e antecipava sua seqüência como dissolução, evocando a eventualidade de um “ *rei suicidário* ” ou da “ *onipotência de um rei antecipadamente decapitado e ressuscitado* ”^{ix}.

Meu deus (como dizia Sócrates), como sair dessa enrascada (*pétrin*) ? “*Pétrin*”, pois é o que tiramos comumente dos moinhos de vento quando lhes damos grãos para moer, esses moinhos aos quais René Major comparava as instituições psicanalíticas em sua carta de demissão da IPA, para dizer provavelmente que em geral, haja visto as miragens que nelas projetamos, é melhor prosseguirmos nosso caminho.

Nessa altura de minha interrogação, tendo chegado ao limite de páginas autorizado pelos organizadores desse Congresso para cada comunicação (e isso já pela segunda vez), deveria passar a palavra ou a pluma a René Major. Mas talvez ele respondesse antes por atos do que por palavras, pois não gosta de repetir-se ; de qualquer maneira, pode-se distinguir em seus escritos anteriores a via para uma resposta. Uma resposta *antecipada*. Será preciso então devorar esses livros também. E prosseguirei o exame do Apelo à luz de um trabalho de René Major sobre a fundação.

Preservar-me desse crime pedindo-lhe para fazer um comentário sobre seus próprios escritos - ou pretender falar em seu nome de maneira “ clonesca ”, o que resulta no mesmo -, seria ceder à tentação defensivo-regressiva de fixá-lo

num lugar de monarca absoluto, que ele só pode descartar, porque então, nesse tempo de institucionalização onde desponta a questão da autoridade, sua queda, assim como a degenerescência do movimento estariam asseguradas. Encontra-se aliás uma análise dessa tentação, ou desse momento de “ encarnação ” da soberania, nesse texto que me persegue de tanto que parece nos preceder : *a Crítica da Razão Dialética*. Nesse caso, diz Sartre, “*produto do terror, o soberano deve tornar-se o agente responsável pelo terror*” e o grupo se define então como “*o soberano prolongado, quer dizer, como os pares de braços, de pernas ou de olhos que ele engendra para realizar o objetivo comum*” (*Ibid.* p. 600-601). E volta-nos, claro, o eco da análise do caráter psicótico das “ sociedades-meu-braço-direito ”, escrita por Maria Török, essas organizações que presentemente podemos chamar “ meus-clones ”, tão comuns – identificação primária *oblige* – em nossas sociedades psicanalíticas.

Temo que a opção democracia/aristocracia, onde alguns querem situar nossos debates sobre a política da psicanálise, encerre-nos nessas alternativas tão banais quanto aflitivas.

Faço uma pausa nesse ponto da enrascada, que só aponta os paradoxos e as aporias da passagem do grupo não-institucional à instituição que poderiam conduzir-nos, suavemente, a uma institucionalização do Terror fundamental do grupo originário, se as tendências “ democráticas-horizontais ” ou as “ aristocráticas-verticais ” fossem levadas ao extremo. O que ouvia como grandiloquência encontraria então seu fundamento.

O episódio seguinte só pode ser o dos pavores da fundação. Fundação ou fundações ? Meu objetivo será inicialmente de mostrar que os paradoxos do começo só servem para nos evitar as loucuras ordinárias cujas tentações

acabamos de denunciar. Do não-institucional ao institucional ressoa a algo como uma passagem do Exílio à Terra Prometida – e provavelmente nunca saberemos, como hoje, a que ponto ela pode ser perigosa, sobretudo quando a Terra Prometida foi dada em partilha a povos *irmãos*.

O acontecimento dos EGP 2000, precedendo toda institucionalização do movimento, era único e temos o direito de perguntar-nos o que pode bem significar um *segundo* Congresso dos EGP que, posterior ao nascimento de instituições próprias ao movimento – na França surgiram, por exemplo, a associação dos Amigos dos EGP e o IHEP – seria pois o primeiro de um novo tipo de Congressos, em relação aos quais os EGP 2000 teriam uma função paradigmática.

Como Jean Oury lembrava regularmente que a única questão do psicanalista é " *o que é que faço aqui ?* " (o termo utilizado por ele, " *fou(s)* ", não é posto no plural : é o "louco" em mim que interrogo então), tento uma resposta : poderíamos talvez, periodicamente, convidar-nos a nos *dividir* dentro de nós para experimentar de novo o tempo desinstitucionalizante, ou a extra-territorialidade do Exílio, tão terrivelmente fraternal, afim de considerar aquilo que do Inconsciente se atualiza ou surge, no mundo como em nossas sociedades analíticas. Convites periódicos a um Sinai qualquer, apelo a sair de nossas cidadelas faraônicas e de nossas conchas institucionais, a pôr de férias nossos Superegos institucionais para assumir os paradoxos que nos fundam enquanto sujeitos-soberanos trabalhados por nossa relação ao Outro, apelos surgidos de quantos forem os "Moisés Egípcios" e as cidadelas que assumirão a alternância. Como para nos fornecer recursos, por esse gesto "extra-social", para uma possível sociabilidade, aquela que supõe uma possível e tão problemática solidariedade.

ⁱ J. Derrida, *Voyoux*, Paris, Galilée, 2003.

ⁱⁱ G. Devereux, *Essais d'ethnopsychiatrie générale*, Paris, Gallimard, 1973, p. 34

ⁱⁱⁱ Jean-Paul Sartre, *Critique de la Raison Dialectique*, Paris, Gallimard, 1972, T1., pp. 585-627

^{iv} Jean- Paul Sartre, *Op. Cit.*, p.591

^v René Major, *De l'élection*, Paris, Aubier, 1986. p. 164.

^{vi} Jean-Paul Sartre, *Op. Cit.* p. 584

^{vii} Kafka, *Lettre au père*, Paris, Folio, 2001. Kafka fala sobretudo de toda a vergonha que o comportamento de seu pai lhe desperta.

^{viii} Harold Searles, *L'effort pour rendre l'autre fou*, trad. B. Bost, Paris, Gallimard, 1977.

^{ix} J. Derrida,, *États d'âme de la psychanalyse, Adresse aux États Généraux de la Psychanalyse*, Paris, 2000, Galilée, p. 52-53.